

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.455 - SP (2019/0347307-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
SUSCITANTE : **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A - MASSA FALIDA**
ADVOGADO : **ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO - SP098628**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 54ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO**
INTERES. : **WILLIAN FABIANO DA SILVA CARNEIRO**

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência com pedido de liminar, em que é suscitante o BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. – MASSA FALIDA e suscitados, o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP e o JUÍZO DA 54ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ.

O suscitante informa que, em 12 de agosto de 2015, foi decretada a falência do Banco Cruzeiro do Sul e que, em razão disso, todos os ativos da massa falida devem ser reunidos no Juízo universal. Dessa forma, requereu e teve concedida, pelo Juízo falimentar, a transferência dos valores depositados em contas judiciais (e-STJ fls. 4/6).

Alega que a Justiça do Trabalho se negou a transferir os valores de depósito recursal, o que caracteriza o conflito positivo de competência com o Juízo da falência (e-STJ fl. 7).

Postula, em caráter liminar, a transferência dos valores depositados nos autos do processo laboral n. 0010495-98.2014.5.01.0054, bem como a atribuição de competência provisória ao Juízo falimentar. No mérito, pleiteia o reconhecimento da competência do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP (e-STJ fls. 14/16).

É o relatório.

Decido.

Encontram-se presentes os requisitos do *periculum in mora* e do *fumus boni iuris*, o que autoriza a concessão da liminar.

O perigo na demora decorre do risco de serem praticados atos de constrição e expropriação capazes de interferir na execução do processo de falência da empresa ou prejudicar a ordem de prioridade dos créditos.

O *fumus boni iuris*, por sua vez, também se configura, uma vez que a pretensão encontra amparo na jurisprudência do STJ e do STF, conforme os julgados a seguir relacionados:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR -

Documento: 103695364

Página 1 de 3

EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar.

(CC 101.477/SP, Relator Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/5/2010.)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS ANTERIORES À QUEBRA.

- É do juízo falimentar a competência para decidir sobre o destino dos depósitos recursais feitos no curso de reclamação trabalhista movida contra a falida, ainda que anteriores à decretação da falência.

(AgRg no CC 87.194/SP, Relator Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/9/2007, DJ 4/10/2007, p. 165.)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL COMUM, COM EXCLUSÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INTERPRETAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI 11.101/05, EM FACE DO ART. 114 DA CF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E IMPROVIDO.

I - A questão central debatida no presente recurso consiste em saber qual o juízo competente para processar e julgar a execução dos créditos trabalhistas no caso de empresa em fase de recuperação judicial.

II - Na vigência do Decreto-lei 7.661/1945 consolidou-se o entendimento de que a competência para executar os créditos ora discutidos é da Justiça Estadual Comum, sendo essa também a regra adotada pela Lei 11.101/05.

[...]

V - A opção do legislador infraconstitucional foi manter o regime anterior de execução dos créditos trabalhistas pelo juízo universal da falência, sem prejuízo da competência da Justiça Laboral quanto ao julgamento do processo de conhecimento.

(RE n. 583.955/RJ, TRIBUNAL PLENO, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJe 27/8/2009.)

Diante do exposto, DEFIRO PARCIALMENTE A LIMINAR pleiteada, para determinar a suspensão dos atos executórios promovidos pela Justiça trabalhista no feito de n. 0010495-98.2014.5.01.0054. Simultaneamente, designo o JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP para decidir, em caráter provisório, as questões urgentes, inclusive o pleito de transferência imediata dos valores depositados.

Oficie-se aos Juízos suscitados com urgência, comunicando o teor da liminar e requisitando o seguinte: (i) ao JUÍZO DA 54ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO – RJ, cópia da inicial, de eventuais embargos, sentença, decisões determinando atos de constrição sobre o patrimônio da suscitante e, caso haja, de acórdãos, certidões de trânsito

Superior Tribunal de Justiça

em julgado e cálculos de liquidação homologados, (ii) à 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO – SP, informação referente à eventual inclusão dos bens constritos pela Justiça do Trabalho na execução concursal.

Após, ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator